



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Relatório
Público
2007

DIREITOS TERRITORIAIS



“Vocês estão de parabéns por este trabalho. Continue a nos enviar informações sobre nossos direitos para que possamos desenvolver melhor nossos trabalhos”

Quilombola da Comunidade Mondongo (Pará).

“Esse trabalho não pode parar porque eu mesmo só sei das notícias mais importantes quando recebo um boletim Terra de Quilombo”

Quilombola da Comunidade Barra de Aroeira (Tocantins).



“Queremos que continue mandando esses boletins que com isso estamos tendo mais esclarecimentos e estamos sabendo buscar ainda mais os nossos valores como comunidade remanescente de quilombo”

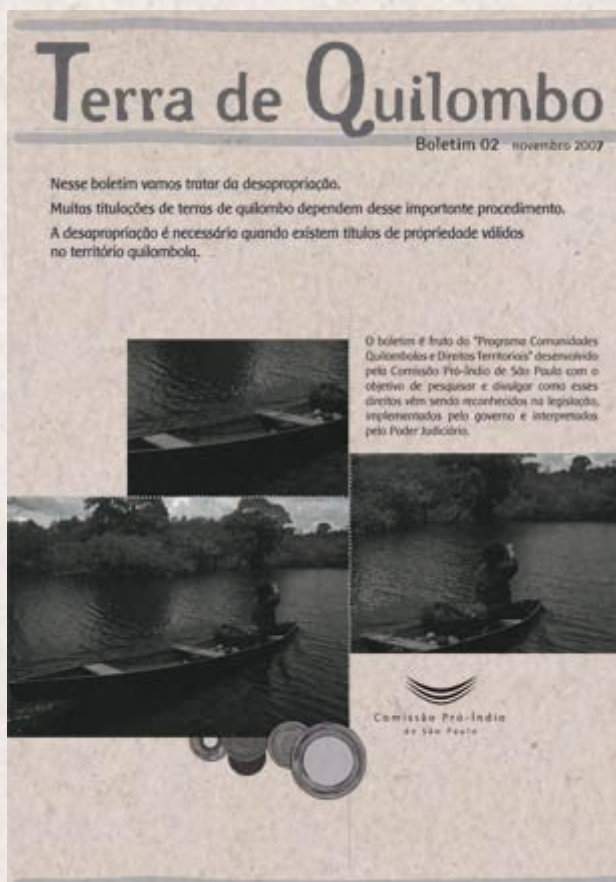
Quilombola da Comunidade Sapé (Minas Gerais).



Boletim Terra de Quilombo

Em 2007, a CPI-SP avaliou que era necessário um material informativo impresso para ampliar as possibilidades de acesso dos quilombolas aos resultados do programa de monitoramento. Daí surgiu o boletim "Terra de Quilombo", que teve duas edições em 2007 e foi distribuído entre mais de 100 lideranças de 20 estados e 15 coordenações regionais. A versão eletrônica foi divulgada entre ONGs, movimento negro, pesquisadores, procuradores e integrantes de órgãos governamentais.

Além de possibilitar a divulgação de informações mais atualizadas sobre a evolução das titulações e esclarecimentos sobre questões-chave envolvendo os direitos territoriais, o boletim tem como objetivo contribuir para fomentar a mobilização dos quilombolas e diminuir o isolamento em que se encontram muitas comunidades.

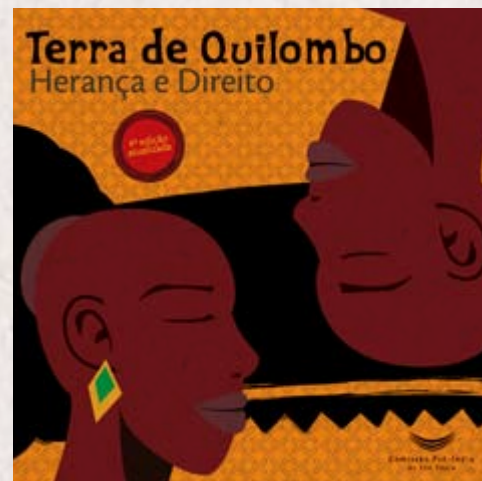


Os Caminhos da Titulação

Em 2007, a CPI-SP disponibilizou em seu sítio eletrônico página que ilustra e explica de maneira didática os caminhos da titulação segundo a legislação federal:



A CPI-SP lançou também a 4ª edição atualizada da cartilha “Terra de Quilombo: Herança e Direito”, que descreve as principais etapas do processo de titulação das terras de quilombo. A publicação com uma tiragem de 2 mil exemplares foi distribuída para quilombolas e organizações de diversas regiões do País.





Monitoramento: Comunidades Quilombolas e Direitos Territoriais

Por meio de seu programa de monitoramento, a CPI-SP busca evidenciar como os direitos das comunidades quilombolas vêm sendo reconhecidos na legislação, implementados pelo governo e interpretados pelo Poder Judiciário.

Ao longo de 2007, a CPI-SP prosseguiu com o levantamento e a sistematização de dados do monitoramento:

- **Processos Administrativos no Incra**

Em 2007, a pesquisa envolveu viagens a Belém, Santarém, Florianópolis e Porto Alegre. Os dados foram obtidos junto às Superintendências do Incra, a cartórios de diversos municípios, no Diário Oficial da União e em sítios eletrônicos. Atualmente, são acompanhados 516 processos em 24 estados.

- **Ações Judiciais**

Em 2007, disponibilizamos cinco atualizações da pesquisa no sítio eletrônico. Atualmente, as ações judiciais monitoradas pela CPI-SP envolvem 50 terras de quilombo de 18 estados.

- **Legislação**

O repertório legislativo teve duas atualizações em 2007.

Saiba mais acessando nosso sítio eletrônico:

Terras de Quilombos

Quilombos e a Legislação

Ações Judiciais e Terras de Quilombo

Em Defesa dos Direitos Quilombolas

Ao longo de 2007, os direitos das comunidades quilombolas foram duramente questionados em diversas matérias divulgadas pela grande imprensa. Acusou-se o governo federal de reconhecer comunidades como quilombolas sem critérios e extrapolar os direitos assegurados pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal.

Um dos alvos da campanha é o Decreto 4.887/2003, que estabelece os procedimentos a serem seguidos para a identificação e a titulação das terras quilombolas. A investida contra o decreto busca tornar esse procedimento mais burocrático e difícil de ser concretizado.

A CPI-SP posicionou-se ao lado dos quilombolas na defesa dos direitos ameaçados. Esteve presente na audiência pública sobre o Decreto 4.887/2003 promovida pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal, em Brasília em setembro apoiando a manifestação dos quilombolas em defesa do decreto.

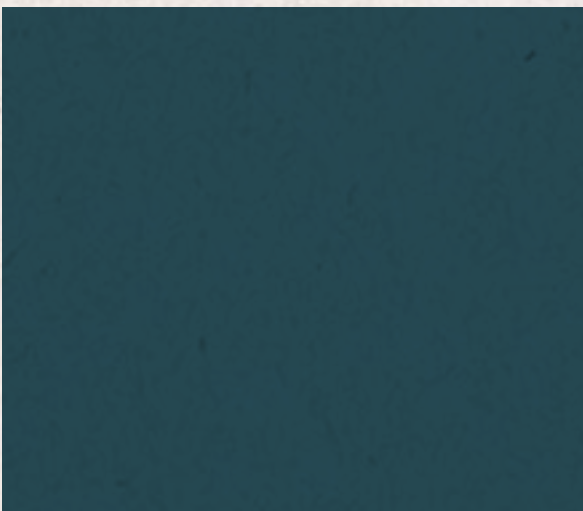
Divulgou em seu sítio eletrônico o parecer do Ministério Público Federal contrário ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 44 de 2007 que propõe a suspensão do Decreto 4.887/03.

Em outubro, juntamente com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional apresentou denúncias de violações dos direitos dos quilombolas em audiência temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Já em dezembro, juntamente com o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Justiça Global, Koinonía Presença Ecumênica e Serviço, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e o Balcão de Direitos da Universidade Federal do Espírito Santo, divulgou nota repudiando a intenção do governo federal contemporarizar com as forças contrárias e alterar as normas em vigor.

Saiba mais sobre as ameaças aos direitos quilombolas:

www.cpisp.org.br/pdf/boletim03_terras.pdf



Monitoramento: Territórios Guarani

Desde 2005, a CPI-SP realiza o monitoramento dos processos de demarcação das terras indígenas no estado de São Paulo. Os resultados obtidos são disponibilizados no site e divulgados para as comunidades indígenas de São Paulo.

Em 2007, ampliamos o objeto de pesquisa, passando a recolher também informações sobre as terras Guarani nos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, totalizando informações de 90 terras indígenas.

Os resultados do monitoramento foram sistematizados em um informativo divulgado para 38 aldeias de São Paulo. Também estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da CPI-SP.

Saiba mais:

www.cpisp.org.br/indios



Povos Indígenas
Terras Indígenas
Situação Atual

Terras Indígenas no Estado de São Paulo

Mapa das Terras Indígenas | Situação Fundiária e Informação

Indios no Estado de São Paulo

Conforme os dados levantados pela CPI-SP, atualmente no Estado de São Paulo existem:

- 31 Terras Indígenas (38 aldeias).
- 29 Terras Indígenas com população Guarani.
- 3 Terras Indígenas, as do Oeste Paulista, com comunidades, além dos Guarani, Kaingang, Krenak e Terena.

Como no restante do país, no Estado de São Paulo, a principal demanda das comunidades indígenas é a regularização fundiária de seus territórios.

- Das 31 terras indígenas existentes no Estado de São Paulo, apenas três encontram-se com sua situação fundiária regularizada: Serra do Itatins (Itariri); Rio Branco (Itanhaém) e Aguapeú (Mongaguá).
- 17 terras Guarani aguardam para serem identificadas e delimitadas.
- Das 12 terras indígenas já homologadas, 4 se

Imprimir

CONTATO | CRÉDITOS

Copyright Comissão Pró Índio de São Paulo DESIGN GRÁFICO DE CRIAÇÃO

FORMAÇÃO DE JOVENS LIDERANÇAS

“A coordenadoria da Pró-Índio está de parabéns! Fez um trabalho excelente, principalmente para nós, jovens. Trabalhar com jovens foi a melhor idéia que a Pró-Índio teve pois nós, jovens, somos o futuro das comunidades remanescentes de Quilombos. Por isso, ela pensou e o nosso trabalho vai dar certo. Continue!”

Jovem Quilombola da Comunidade Nossa Senhora das Graças (Município de Óbidos - Pará)



“Eu não tinha noção de nada. O meu pai falava, mas a gente ficava, assim, desligado, a gente não ligava para aquilo que ele falava, porque ele trabalhava quase sozinho. Aqui que eu fui saber o processo, assim, por onde começar. Eu estava por fora”

Jovem Quilombola da Comunidade África (Município de Bujaru - Pará).



“A oficina foi fortalecedora para que nós possamos chegar junto à nossa comunidade e repassar tudo que está acontecendo. Participando desta oficina e vamos ter mais um apoio, um aval para chegar lá e explicar o que a gente conseguiu absorver deste encontro”

Jovem Quilombola da Comunidade São Benedito (Município de Salvaterra - Pará).





Em 2007, a CPI-SP deu início a uma nova linha de atuação: a formação de jovens lideranças Guarani, em São Paulo, e quilombolas, no Pará. Essa iniciativa foi motivada pela necessidade de incentivar e capacitar os jovens e as jovens para a defesa dos direitos de suas comunidades, com especial atenção a garantia dos direitos territoriais.

A luta pela terra tem exigido dos índios e dos quilombolas o crescente conhecimento das leis que regulamentam o processo de regularização de suas terras e também da legislação agrária e ambiental. Cada vez mais é importante ter domínio dessa informação para se colocar com

qualidade nos espaços de negociação com o Poder Público. Os/as jovens podem ser estratégicos para as comunidades nesse processo de apropriação de conhecimento, uma vez que essa geração tem maior oportunidade de acesso à educação formal e maior domínio da leitura e da escrita.

Além de motivá-los para a questão específica da luta pela terra, a CPI-SP espera que a participação em um grupo de multiplicadores possa ter um impacto educativo mais amplo, conscientizando-os para a importância de exercerem com plenitude sua Cidadania e em prol do conjunto da comunidade.

Jovens Quilombolas no Pará

O programa de formação de jovens quilombolas paraenses é desenvolvido em parceria com a Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará.

Em 2007, foram realizadas as duas primeiras etapas do processo de formação envolvendo 23 quilombolas de 22 comunidades situadas em 14 municípios: a oficina de capacitação e a agenda de reuniões nas comunidades.

A oficina, realizada na cidade de Belém no mês de agosto, apresentou os caminhos para a titulação das terras quilombolas segundo a legislação federal e a do estado do Pará. Para que esse procedimento, tão burocrático e cheio de termos estranhos ao grupo, se tornasse algo mais concreto, recorreu-se à dinâmica da construção desse processo por meio das peças do caminho da titulação, jogo de banners produzido para o curso. Andar pelo caminho da titulação, pisar na peças, mudá-las de

lugar, ter de explicar os diversos passos para os demais participantes foram recursos para que “os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro” das terras quilombolas se tornassem mais palpáveis e mais bem compreendidos.

Após a oficina, os/as jovens cumpriram uma agenda de multiplicação do conhecimento: reuniões com as lideranças e os comunitários para repassar os conhecimentos adquiridos na oficina e distribuição e discussão dos boletins Terra de Quilombo nas comunidades em outubro e dezembro.

Os relatórios enviados pelos jovens para a CPI-SP indicam um resultado altamente positivo. Foram realizadas 12 reuniões que mobilizaram 578 pessoas de 21 comunidades quilombolas no período de setembro a dezembro de 2007.



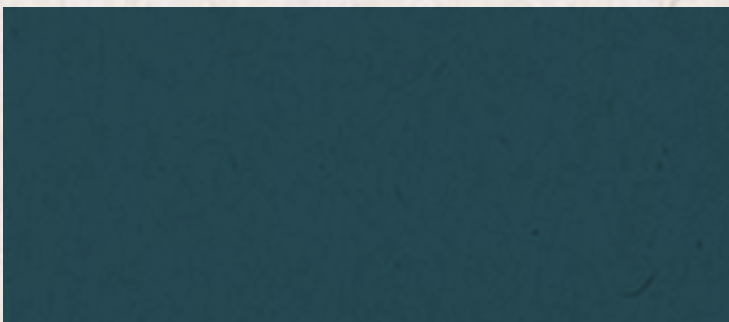
Jovens Guarani de São Paulo

Em 2007, a capacitação envolveu 25 jovens Guarani de 15 aldeias situadas na Capital, no Litoral Norte, no Litoral Sul e no Vale do Ribeira.

Os (as) jovens participaram de uma oficina realizada em São Paulo no mês de maio que teve por objetivo transmitir conhecimentos básicos sobre as leis referentes aos direitos territoriais dos povos indígenas e os diversos procedimentos necessários para garantir a demarcação.

Na oficina, os/as participantes tiveram a oportunidade também de ouvir a experiência do líder indígena Marcos Tupã, da Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa. Puderam dialogar e conhecer melhor os aliados nessa luta: Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário, o Centro de Trabalho Indigenista e a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Os/as participantes avaliaram que a oficina foi muito positiva e solicitaram mais oportunidades de capacitação.



DIVULGAÇÃO



"Acho importante colocar no site essas informações, pois é uma possibilidade de debate. A revista Veja disse que os Guarani são paraguaios, estrangeiros, mas nós somos do Brasil. Isso foi uma coisa muito forte que aconteceu. Sobre isso muita gente perguntou na cidade. Essa questão de colocar no site, isso ajuda bastante nossa área, para as pessoas entenderem que somos brasileiros e não estrangeiros."

(Liderança Guarani de São Paulo)

A melhor compreensão sobre o modo de vida, os direitos e as demandas dos índios e dos quilombolas é um dos primeiros passos para ampliar a solidariedade da Sociedade com a sua causa. Por essa razão, a CPI-SP investe na divulgação dessa informação em seu sítio eletrônico.



Sítio eletrônico

Em 2007, o sítio Comunidades Quilombolas ganhou duas novas seções sobre os quilombos em Minas Gerais e no Maranhão. Assim, já são seis os estados contemplados no sítio.

Já no link Povos Indígenas em São Paulo foram inseridas informações sobre nove novas aldeias Guarani do Vale do Ribeira e do Complexo Estuarino Lagunar Cananéia-Iguape: Peaguaty, Pindoty Uruity, Djaikoaty, Ambá-Porã, Itapitanguí, Rio Branquinho, Jacareí e Yvyty Parapau.

Você ainda não conhece? Visite:

www.cpis.org.br/comunidades

www.cpis.org.br/indios



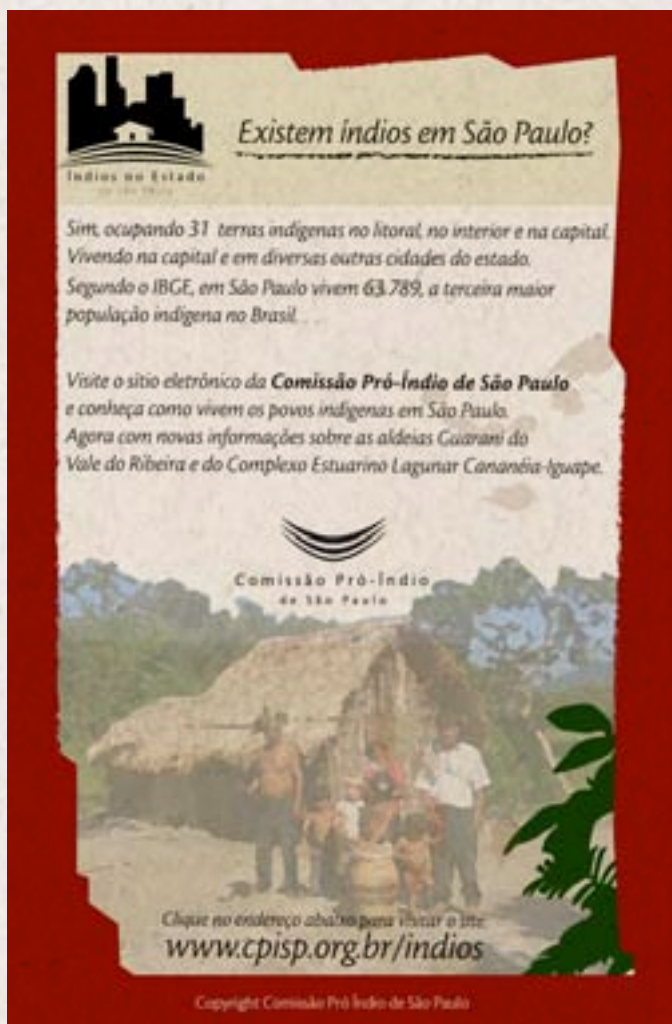
Novo Quilombos em Minas Gerais
Comissão Pró-Índio de São Paulo

Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas distribuídas por mais de 155 municípios.

Visite o sítio eletrônico da Comissão Pró-Índio de São Paulo e conheça um pouco da história, da vida e das lutas destas comunidades.

Visite o endereço abaixo para acessar o site:
<http://www.cpis.org.br/comunidades>



Existem índios em São Paulo?
Índios no Estado de São Paulo

Sim, ocupando 37 terras indígenas no litoral, no interior e na capital. Vivendo na capital e em diversas outras cidades do estado. Segundo o IBGE, em São Paulo vivem 63.789, a terceira maior população indígena no Brasil.

Visite o sítio eletrônico da **Comissão Pró-Índio de São Paulo** e conheça como vivem os povos indígenas em São Paulo. Agora com novas informações sobre as aldeias Guarani do Vale do Ribeira e do Complexo Estuarino Lagunar Cananéia-Iguape.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Clique no endereço abaixo para visitar o site:
www.cpis.org.br/indios

Copyright Comissão Pró-Índio de São Paulo



Conheça a nova seção Comunidades Quilombolas do Maranhão
Comissão Pró-Índio de São Paulo

No Maranhão, encontram-se mais de 500 comunidades quilombolas. As mulheres e os homens quilombolas daquele estado foram pioneiros na luta pela garantia dos direitos das comunidades negras rurais quilombolas. Sua associação estadual ACONERUB é um dos símbolos dessa força.

Até outubro de 2007, 20 comunidades quilombolas maranhenses haviam conquistado o título de propriedade de suas terras. O Maranhão é o segundo estado brasileiro com o maior número de terras de quilombo regularizadas.

Saiba mais Visite: www.cpis.org.br/comunidades
Contato: cpisp@cpisp.org.br

Campanha: No dia da Consciência Negra, conheça os Quilombos Contemporâneos

Dirigida aos educadores da rede pública e particular, a campanha procurou aproveitar as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra para divulgar a realidade das comunidades quilombolas.

Nos meses de outubro e novembro, o e-mail da campanha foi enviado para escolas em todo o País, secretarias de educação de 22 estados, 15 sindicatos de escolas particulares e 17 sindicatos de professores.

A mensagem da campanha foi divulgada nos sítios eletrônicos das Secretarias de educação do Estado de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, bem como no sítio de dois sindicatos de escolas particulares do Estado de São Paulo. A campanha motivou ainda a publicação da matéria sobre o tema nos portais Aprende Brasil, Positivo e Educacional, e levou ao convite para que a CPI-SP escrevesse três matérias divulgadas no Portal Dia a Dia da Educação do governo do Paraná.

20 de novembro

Comissão Pró-Índio de São Paulo

No Dia da Consciência Negra, conheça os Quilombos Contemporâneos

A data da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, foi escolhida para celebrar o Dia da Consciência Negra.

Zumbi, morto no ano de 1695, foi um dos líderes do Quilombo dos Palmares, o mais conhecido núcleo de resistência negra contra a escravidão.

Info: Cópia Protetida

O que poucos sabem é que Palmares foi apenas um dos inúmeros quilombos constituídos em todo o território brasileiro. Desconhecido também é o fato de os quilombos não terem desaparecido com o final da escravidão. Existem hoje no Brasil mais de 2.000 comunidades quilombolas que preservam um modo de vida próprio.

Aproveitando o ensejo das comemorações do Dia da Consciência Negra, a Comissão Pró-Índio de São Paulo convida você, educador e educadora, a conhecer o nosso sítio-eletrônico, que apresenta quem são e como vivem as comunidades dos descendentes dos quilombos. Com sua ajuda esperamos levar esse tema até a sala de aula e, assim, tornar mais conhecida a vida e a luta dos herdeiros de Zumbi.

Saiba mais Visite: www.cpis.org.br/comunidades
Contato: cpisp@cpisp.org.br

ETNODESENVOLVIMENTO

“Durante esses três anos o que foi mais importante mesmo para nossa aldeia, para comunidade: mapeamento, manejo de juçara, artesanatos e construção da casa de cultura”

avaliação das lideranças e mais velhos da aldeia Guaraní Boa Vista.

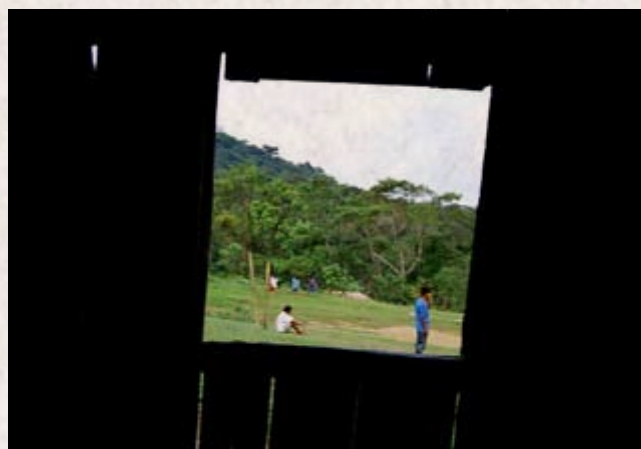
“O mais importante que nós mulheres achamos é sobre o artesanato. O artesanato é mais importante hoje do que antes. Antigamente usávamos apenas em comunidade, não para vender. Mas agora está sendo comercializado. Por isso achamos muito importantes os artesanatos com tintas naturais”

avaliação das mulheres da aldeia Boa Vista.

“Nós adolescentes da comunidade achamos que a oficina de corantes naturais foi bom. A logomarca foi bom porque o nosso artesanato será reconhecido nacionalmente. Oficina de fotografia também é importante porque aprendemos a registrar a nossa aldeia. Mapeamento foi bom para nós jovens reconhecermos a área indígena”

avaliação dos jovens da aldeia Boa Vista.





Em 2007 foi concluído o projeto "Novos Futuros no Horizonte dos Guarani da Aldeia Boa Vista". Foram quatro anos de intensa atividade na busca por alternativas de geração de renda que pudessem potencializar o uso sustentado do território indígena.

Com o apoio da CPI-SP, os Guarani da Boa Vista puderam relembrar conhecimentos tradicionais e aprender novas técnicas de confecção do artesanato. O artesanato ganhou também uma marca própria, criada em conjunto com os índios, que agora acompanha as peças da Boa Vista.

No último ano do projeto foram concluídas as ações visando incentivar o manejo da palmeira juçara. O artesanato também recebeu atenção com a realização de oficinas de aprimoramento do acabamento das peças e a produção de folheto de divulgação. Foi realizada ainda uma capacitação que possibilitou aos jovens registrar por meio de fotos a vida na aldeia.

Saiba mais sobre o projeto no sítio eletrônico:

www.cpis.org.br/etnodesenvolvimento

INFORME FINANCEIRO

A contabilidade da CPI-SP relativa ao exercício de 2007 foi auditada pela HLB Audilink & Cia. Auditores. O parecer dos auditores encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico da CPI-SP.

ENTRADAS EM 2006		
ORIGEM DOS RECURSOS	Reais	%
Agências de Cooperação	506.187	91,5%
CAFOD	97.996	
Carteira Indígena – MMA	20.000	
DKA Áustria	21.765	
Fundação Ford	44.500	
Fundo Nacional do Meio Ambiente – MMA	59	
ICCO	220.160	
OXFAM	101.707	
Receitas Financeiras	45.212	8,2%
Recursos Próprios	1.705	0,3%
TOTAL GERAL	553.104	100%

DESPESAS EM 2007		
DESPESAS	Reais	%
Programas – Atividades	382.193	48,8%
Povos Indígenas	144.607	
Comunidades Quilombolas	212.468	
Desenvolvimento Institucional	25.118	
Gestão	392.794	50,1%
Salários e Encargos	307.939	
Despesas Administrativas	84.855	
Auditoria Externa	8.268	1,1%
TOTAL	783.255	100%

FINANCIADORES



UNIÃO EUROPEIA



FORD FOUNDATION



Carteira de Projetos
Fome Zero e Desenvolvimento
Sustentável em
Comunidades Indígenas

Ministério do
Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

Ministério do Meio Ambiente





A transparência é um valor importante para a Comissão Pró-Índio de São Paulo. Por essa razão, anualmente, a CPI-SP publica seu Relatório Público onde apresenta as principais atividades realizadas no ano anterior bem como um resumo das receitas e despesas daquele exercício fiscal.

As demonstrações contábeis, os balanços patrimoniais e os procedimentos administrativos da CPI-SP são anualmente submetidos à auditoria externa. O parecer da auditoria é divulgado em nosso sítio eletrônico:

www.cpis.org.br

Conselho Diretor (mandato 2007/2009)

Carlos Fernando da Rocha Medeiros
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Glenn Ross Switkes
Lúcia Helena Vitalli Rangel
Mara Lúcia Manzoní Luz

Conselho Consultivo (mandato 2007/2009)

Alain Charles Edouard Moreau
Dalmo de Abreu Dallari
Eurípides Antônio Funes
Girolamo Domenico Treccani
Lux Boelitz Vidal
Manuel Mindlin Lafer
Orlando Sampaio Silva

Coordenadora Executiva

Lúcia M. M. de Andrade

Equipe

Coordenadora do Programa Povos Indígenas:

Selma Aparecida Gomes

Coordenadora do Programa Comunidades Quilombolas:

Lúcia M. M. de Andrade

Gerente administrativa: Cláudia Regina Ferreira de Sousa

Auxiliar de contabilidade: Lourival dos Santos

Auxiliar de secretaria: Luciano Evangelista Silva

Estagiários em 2007

Nível Universitário: Luiz Filipe Poli Guanais, Pamela Pen Fan Lo, Isabel Gentes Pinheiro, Rejane Duarte Pinto, Carolina Kaori Ikawa Bellinger

Ensino Médio: Amanda da Silva Amaral, Erica Virginia Silva Andrade, Lucilene Mendes da Silva Santos



Fotos

Michele da Silva (Ará) . capa
Antônio de Souza (Karáí Poty) . página 15 e 16
Venâncio de Oliveira (Karáí) . página 16
Edson da Silva (Kexroy) . página 15 e 16
Adriana de Lima (Txapya Yarety Yú) . página 16
Carlos Penteadó . demais fotos

Projeto gráfico



irmãos de criação



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

R. Padre Carvalho, 175
São Paulo - SP Brasil 05427-100
cpisp@cpisp.org.br
tel./fax (11) 3518-8961/3814-7228
endereço eletrônico: cpisp@cpisp.org.br
sítio eletrônico: www.cpisp.org.br